



Em Tese®

CARAPINA – UM TERRITÓRIO, DUAS REALIDADES: NARRATIVAS DE UMA POPULAÇÃO (IN)VISÍVEL

Carapina – one territory, two realities: narratives of an (in)visible population

Franco Dani Araújo e Pinto

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Universidade Vale do Rio Doce (Univale), Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território (PPGGIT)

Governador Valadares-MG, Brasil

francodrd@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6556-9113>

Edmarcius Carvalho Novaes

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Universidade Vale do Rio Doce (Univale), Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território (PPGGIT)

Governador Valadares-MG, Brasil

edmarcius@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1901-0167>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO

Este artigo traça um retrato das experiências e desafios do Carapina, bairro periférico da cidade mineira de Governador Valadares. Destacam-se narrativas que territorializam suas faces (in)visíveis, a partir de duas realidades: a periferia acessível e reconhecida legalmente, e o chamado “Buracão”, região no seu interior, estigmatizada e sem acesso a recursos públicos. Trata-se de um estudo etnográfico, que adotou o método da observação participante e o registro em diário de campo feito em uma disciplina de doutorado. Conclui-se que ao se pensar a cidade enquanto laboratório social e o direito à cidade, a questão da invisibilidade pública pela segregação espacial é evidenciada no Carapina, pois aponta para nuances das interações sociais que se desdobram na referida comunidade, constituindo multiterritorialidades específicas relevantes na luta por seu reconhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Carapina. Governador Valadares. Território. Periferia. Invisibilidade Pública.

ABSTRACT

This article presents a portrait of the experiences and challenges of Carapina, a peripheral neighborhood in the Minas Gerais city of Governador Valadares. Narratives that territorialize their (in)visible faces stand out, based on two realities: the accessible and legally recognized periphery, and the so-called ‘Buracão’, a region in its interior, stigmatized and without access to public resources. This is an ethnographic study, which adopted the method of participant observation and recording in a field diary conducted in a doctoral course. It is concluded that when thinking about the city as a social laboratory and the right to the city, the issue of public invisibility due to spatial segregation is highlighted in Carapina, as it points to nuances of social interactions that unfold in the community, constituting relevant specific multiterritorialities in the fight for recognition.

KEYWORDS: Carapina. Governador Valadares. Territory. Periphery. Public invisibility.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo emerge de um trabalho de campo vivenciado nas intrincadas complexidades urbanas e sociais do Carapina, uma comunidade periférica situada na cidade mineira de Governador Valadares, na região leste de Minas Gerais. De caráter interdisciplinar, e ancorado nas bases teóricas da sociologia urbana, dos estudos territoriais e da filosofia do direito, traça-se um retrato das experiências e desafios da população local, a partir de uma pesquisa etnográfica, com destaque às narrativas que territorializam as faces (in)visíveis da referida comunidade.

O Carapina, como palco de nossa observação participante, revela-se como um território urbano que espelha as diversas realidades sociais, comuns em muitas cidades contemporâneas. Ao contextualizar a narrativa do Carapina, com a necessidade de explorar as dinâmicas sociais nas cidades e a busca por justiça social, encontramos relevantes paralelos. A visão fragmentada e (in)visível daquele território é evidenciada até mesmo nas limitações do mapeamento do *Google Street View*¹ e ressoa as discussões de estudos sobre a invisibilidade pública.

Assim, ancorado na rica tapeçaria das experiências urbanas no Carapina, este artigo busca estabelecer uma ponte entre a singularidade de um trabalho de campo e as aspirações mais amplas de estudos sobre os subúrbios e as periferias – seus atores, projetos e territórios vividos na organização de memórias coletivas do espaço urbano – ao oferecer uma perspectiva interdisciplinar imersiva e crítica sobre dinâmicas urbanas contemporâneas.

2 O TRABALHO DE CAMPO E OS OLHARES TEÓRICOS

As narrativas apresentadas resultam de um trabalho de campo (Schwade; Grossi, 2018), realizado em março de 2018, durante o Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)², cuja proposta foi a realização de um estudo etnográfico. Para Carmem Lúcia Guimarães Mattos (2011, p. 54), a pesquisa etnográfica é “a escrita do visível” e, para tanto, sua preocupação deve ser

¹ Recurso do Google que disponibiliza vistas panorâmicas de 360° na horizontal e 290° na vertical, permitindo que os usuários vejam partes de algumas regiões geográficas ao nível do chão/solo.

² O Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas foi uma oferta interinstitucional entre a Universidade Vale do Rio Doce, localizada em Governador Valadares-MG, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



“obter uma descrição densa, a mais completa possível sobre o que um grupo particular de pessoas faz e o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que eles fazem”. Assim, segundo a autora, o foco é “esse conjunto de significantes em termos dos quais os eventos, fatos, ações, e contextos, são produzidos, percebidos e interpretados, e sem os quais não existem como categoria cultural” (Mattos, 2011, p. 54).

Como parte da disciplina “As cidades e a periferia urbana”, neste trabalho de campo foi adotado o método da observação participante, com a realização de registros em diário de campo (Falkembach, 1987) para explorar de maneira aprofundada as dinâmicas sociais e urbanas que caracterizam o Carapina, oferecendo um olhar mais atento sobre as narrativas de atores sociais que vivem nessa comunidade, historicamente negligenciada pelo Poder Público.

O trabalho de campo realizado na disciplina foi concebido no “[...] sentido amplo, como prática e como reflexão, construída no entrelaçamento entre diversos campos – empíricos, teóricos, disciplinares” (Schwade; Grossi, 2018, p. 16). Desta forma, a proposta foi promover uma reflexão envolvendo aspectos empíricos, decorrentes do campo de pesquisa, e teóricos, de forma interdisciplinar, ao analisar o campo sem homogeneizá-lo e enquadrá-lo em uma única abordagem conceitual (Leis, 2005).

Já a observação participante tem como aporte os estudos de Gilberto Velho (1981), para quem esse método permite “conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade”, sendo, para tal, “necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo”, com a finalidade de analisar “aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia” (Velho, 1981, p. 123-124).

O presente estudo parte das contribuições teóricas de sociólogos urbanos, desde as formulações clássicas de Robert Park sobre a cidade enquanto laboratório social (Valladares, 2018), até os conceitos contemporâneos de enclaves fortificados de Teresa Caldeira (2000) e de invisibilidade pública de Fernando Braga da Costa (2004). Estas teorias oferecem uma lente crítica para entender não apenas a segregação espacial evidente no Carapina, mas também as nuances das interações sociais que se desdobram em sua comunidade, constituindo em multiterritorialidades específicas (Haesbaert, 2004).

Atrela-se ainda a discussão ao direito à cidade (Lefebvre, 2006) e à luta por reconhecimento (Honneth, 2003), para a compreensão mais ampla de dilemas territoriais urbanos contemporâneos. Assim, as narrativas do Carapina, que compõem este artigo, proporcionam uma oportunidade para explorar a cidade como um laboratório social, em que



as questões de justiça, inclusão e participação plena ganham destaque e marcam os atores que neste território se fixam.

3 DE QUE TERRITÓRIO ESTAMOS FALANDO? AS NARRATIVAS URBANAS DA (IN)VISIBILIDADE

“Aquela casinha ali em cima, a de número 56, está exatamente igual ao que era quando eu tinha apenas cinco anos”, relatou emocionada uma participante da atividade etnográfica no Carapina, da qual participamos na condição de observantes, mas que vivenciou sua infância e adolescência naquele território.

A impressão é que visitamos “dois Carapinas”. Ambos com problemas de infraestrutura, porém, um asfaltado e atendido por linhas de ônibus, com movimento comercial, escolas, posto de saúde, igrejas e patrulhamento policial. O outro, o da casinha de número 56, fica numa região conhecida como “Buracão”, aparentemente negligenciada pelo Poder Público.

Segundo um estudo conduzido em 2007, pela arquiteta e urbanista Cristiana Guimarães, que analisava o desenvolvimento urbano de Governador Valadares entre as décadas de 1930 e 1970, visto através dos ideais de progresso e modernidade – fundamentos do planejamento urbano à época –, a história do Carapina começou em 1950, na gestão do então prefeito Raimundo Albergaria, através de um mecanismo de aforamento e expansão territorial em novos bairros. Era uma forma de atender à crescente demanda de lotes e moradias na cidade.

Assim surgiu o bairro Nossa Senhora das Graças e o Alto do Carapina: apesar de estarem numa região central da cidade, foram segregados territorialmente por causa do deslocamento da linha férrea, da então Companhia Vale do Rio Doce, de uma região mais central para o local onde se encontra atualmente. O Nossa Senhora das Graças e o Alto do Carapina ficam nos limites da linha férrea, que faz divisa com o centro comercial da cidade de Governador Valadares e bairros de classe média e alta. Para a pesquisadora, “a ferrovia ainda hoje é uma forte barreira citadina, deixando bairros, como o Carapina segregados de áreas nobres como o bairro Esplanada e o Centro” (Guimarães, 2007, p. 201).

A história do Carapina encontra similaridades em muitos municípios brasileiros. Na capital Porto Alegre (RS), por exemplo, segundo a antropóloga Cláudia Fonseca (2006), nas duas primeiras décadas do século XX, a população saltou de 73 mil para mais de 230 mil em função da expansão urbana e industrial que atraiu muitos imigrantes europeus, além



dos efeitos da abolição da escravatura no Brasil. O crescimento populacional na cidade reforçou a segregação, pois a classe de baixa renda acabou sendo expelida para as periferias. Se por um lado isso era bom para a economia, por outro desencadeou uma crise habitacional e acentuou a divisão de classes.

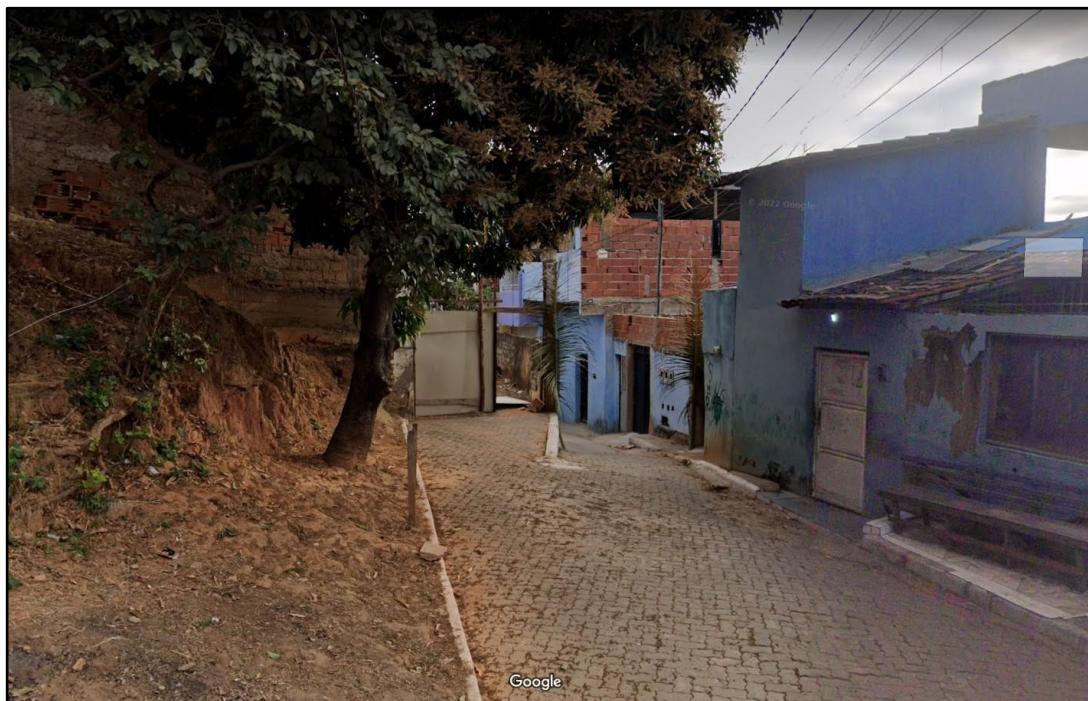
É neste contexto histórico que se delineia as origens e a complexidade do território do Carapina, uma área que mesmo situada em uma região central de Governador Valadares, viu-se segregada ao longo do tempo, principalmente pela presença imponente da linha férrea. A divisão socioespacial delineada por essa ferrovia estabeleceu barreiras evidentes, deixando bairros como o Carapina à margem de áreas mais privilegiadas socioeconomicamente da cidade.

O acesso ao Carapina para a realização do trabalho de campo foi feito de carro, na região que é pavimentação urbana. Subimos o morro pelas estreitas ruas Ibituruna e Tumiritinga, e estacionamos na rua Itanhomi. Seguimos a pé por ela, passando pela rua Ypiranga – essa mais larga e onde se encontram a principal escola pública do bairro, Carlos Luz, o posto da Polícia Militar e o ponto final da linha do transporte público. Uma cena comum nesse trecho percorrido é a presença, nas portas de algumas casas, de barracas com produtos alimentícios, como frutas, verduras e legumes, aparentemente cultivados pelos próprios moradores.

Nas análises preliminares do cotidiano do campo, essa primeira compreensão das experiências singulares e dos processos sociais que territorializam aquela comunidade, nos atinou à necessidade de uma antropologia da prática (Ortner, 2007), em que pesquisadores se deslocam de suas vivências e se permitem a conhecer o que lhes é externo, não familiar, entendendo como culturalmente essas vivências marcam as subjetividades dos atores que ali transitam e constroem suas histórias.

O limiar entre os “dois Carapinas” acontece exatamente durante a caminhada pela rua Tarumirim, já na parte mais alta do morro. Na altura aproximada do número 384, uma bifurcação limita o acesso de veículos de passeio, pois uma das direções leva a uma casa abandonada e a outra, a uma viela pela qual só é possível transitar a pé ou com veículos de duas rodas. É a entrada para uma região dentro da comunidade do Carapina conhecida popularmente como “Buracão”, o “outro Carapina”, o Carapina invisível. Posteriormente ao trabalho de campo, fizemos uma pesquisa na Internet e verificamos que é exatamente nessa localidade que o *Google Street View* encerra seu mapeamento da região e chega à referida região “invisível”, inclusive para seu registro neste recurso do Google (Figura 1).

Figura 1 – Final da rua Tarumirim



Fonte: *Google Street View*. Imagem capturada em julho de 2022.

Notas: Ao fundo, à direita, acesso ao “Buracão”. Nesse exato ponto de onde a foto foi tirada, o *Google Street View* encerra seu mapeamento.

O mesmo recurso mostra que os outros acessos ao “Buracão”, pela avenida Tancredo Neves e pela rua Caratinga, também não estendem o mapeamento até aquela região (Figura 2), em função da falta de infraestrutura, pois são locais onde só é possível acessar a pé. Se um morador do “Buracão” precisar, por exemplo, de um atendimento de emergência, como o de uma ambulância, é necessário que ela seja carregada até o ponto mais próximo em que o veículo consegue chegar.

Pelo mapa, visto de cima, o “Buracão” só pode ser visualizado numa perspectiva distante e desfocada, uma área arborizada (Figura 2) que esconde uma histórica realidade de invisibilidade pública. É uma apropriada analogia à forma como, ao longo das últimas décadas, o Poder Público tem voltado seus olhos e ações para aquela comunidade. Um olhar distante, longe de uma realidade de que só quem está em terra firme, abaixo das copas das árvores, pode constatar.

Figura 2 – Buracão



Fonte: *Google Street View*. Imagem capturada em julho de 2022.

Notas: A linha azul representa os limites de mapeamento do *Google Street View*, ou seja, até onde os veículos que capturam as imagens acessam. Ao centro, na área arborizada, o Buracão.

O Carapina, por estar localizado numa região periférica de Governador Valadares, sofre com muitos problemas, como lixos e entulhos jogados nas ruas (mesmo nos locais onde há placas indicando para não fazê-lo); esgoto a céu aberto; moradias construídas em barrancos e encostas, muitas delas feitas improvisadamente com madeira e chapas de metal. Durante o trabalho de campo, tomamos conhecimento de um acidente que havia acontecido recentemente com uma criança de dois anos, que caiu no esgoto por causa de um buraco na escadaria no Beco Galileia, localizada ribanceira abaixo dentro da parte conhecida como “Buracão”.

O local do acidente, segundo um dos moradores, está no mesmo local há muitos anos, já que, de acordo com ele, o Poder Público não resolve o problema: “Elas [as autoridades] simplesmente nos ignoram. Ninguém vem aqui resolver o problema”. A mãe da criança acidentada, que na época era uma das líderes da comunidade, contou que a filha teve um corte na cabeça em função da queda e precisou levar pontos: “Temi pela vida

da minha filha. Ela podia ter morrido ali, naquele acidente. Temos idosos aqui no bairro e alguns já caíram nessas passarelas”.

Quando ouvimos a história da criança acidentada, estávamos acomodados na varanda de um morador do “Buracão”, perto da casa de número 56. De lá é possível avistar, do outro lado do morro, o bairro Belvedere, uma região relativamente nova e nobre de Governador Valadares, cujas arquiteturas das casas eram bem diferentes das que estávamos visitando, com muros altos e em condomínios privativos de alto padrão. Esta é uma situação que remete aos estudos da pesquisadora Teresa Caldeira (2000) sobre os “enclaves fortificados” e “muros” que configuraram a criação de uma nova ordem privada e que acentuam a divisão entre ricos e pobres, entre centro e periferia.

A varanda onde nos acomodamos durante o trabalho de campo é geralmente cedida para as periódicas reuniões da comunidade. “Eu confesso para vocês que eu pudesse, já teria ido embora desse lugar há muito tempo. Vocês não sabem como é difícil morar aqui”, disse a moradora proprietária do local. “Por outro lado, fico pensando que se eu for embora, onde essas pessoas da nossa comunidade irão se reunir? Pois a minha casa é o local onde nos reunimos para tratar desses problemas que a gente vive aqui”, completou.

Nesse bate-papo, na varanda da casa, estavam presentes também outras lideranças comunitárias, como um jovem de 22 anos, que na época coordenava trabalhos na comunidade voltados para a juventude, com o objetivo de prevenir a iniciação ao crime e dar oportunidade a jovens em situação de vulnerabilidade social e descaso familiar. “As ferramentas que usamos para atrair os jovens são esporte, música, artes e informática”, disse o jovem. “No esporte, exploramos o futsal; na música, ensinamos teclado e violão. Temos oficinas para falar de Deus, criando valores e moldando o caráter”, completou, afirmando que a meta do projeto era alcançar 500 jovens até o fim de 2018, uma vez que o bairro teria, até então, aproximadamente 9 mil moradores, dos quais 1.200 estavam na faixa dos 12 aos 25 anos.

Violência, paz, religião e fé, inclusive, foram palavras mencionadas durante a maior parte do trabalho de campo pelos membros da comunidade do “Buracão”. Para um dos moradores, a fé sempre foi, para eles, uma ferramenta para encorajar a comunidade a seguir esperançosa por dias melhores. Assim, foi possível perceber que a religiosidade é uma territorialidade que marca as vivências dos atores sociais naquela comunidade. Foi perceptível que o neopentecostalismo é uma forma adotada por muitos naquele território como estratégia de resistência às vulnerabilidades vivenciadas. Neste sentido, Antonio e Lahuerta (2014) apontam que a modernidade periférica vivencia uma outra ordem cultural

e política a partir de dois processos sociais coetâneos: por um lado, a expansão da sociedade de consumo e a incapacidade do Estado de mitigar as desigualdades; por outro, a influência das organizações da sociedade civil no enfrentamento dos problemas oriundos da marginalização social, sendo exatamente neste cenário que o neopentecostalismo se fortalece de forma silenciosa e politicamente nos últimos anos com um novos *ethos*, em face do desamparo político e legal nos subúrbios e nas periferias.

A religião se torna uma força para aliviar as aflições pessoais sobre a dificuldade de ascensão social, fruto do preconceito vivenciado por residirem naquele território. Duas jovens mulheres que estavam presentes comentaram sobre o antigo estigma de “bairro violento”, atribuído ao Carapina. “Aqui tem muita gente boa também. Gente de bem. O nosso ‘Carapina’³, por exemplo, hoje é uma forma que temos de atrair pessoas de fora da comunidade para o nosso bairro. É uma forma de desconstruir esse olhar preconceituoso”, disse uma das jovens.

Ainda sobre preconceito e discriminação, uma jovem que participava da conversa comentou: “Para muitos de nós conseguirmos emprego lá fora, por exemplo, a gente não pode falar que mora aqui. Eu mesmo, dependendo da situação, não falo que moro no Carapina. Falo que moro na parte baixa do Nossa Senhora das Graças”. Porque, segundo a moradora, “infelizmente, conheço várias pessoas que as portas fecharam para elas porque disseram que moram no Carapina”. Outra moradora fez o seguinte relato: “Quando meu filho nasceu, muitos amigos, inclusive da minha igreja, que fica ali em cima [na área urbanizada do Carapina] não vieram na minha casa me visitar porque eu moro aqui”.

Esse último relato apenas confirmou uma constatação: se para o Poder Público existe apenas um bairro Carapina, para nós, havia dois, um deles, invisível, o “Buracão”. O bairro Carapina, de uma forma geral, historicamente sofre com o estigma de bairro violento, de gangues, do tráfico. É algo que um dos doutorandos que participava do trabalho de campo confirmou a partir de sua experiência de cerca de 10 anos como repórter policial e editor dos cadernos de Cidades e de Polícia do Diário do Rio Doce, o mais antigo jornal impresso ainda em circulação em Governador Valadares. Ele afirmou que o trabalho de campo foi uma oportunidade de ver o bairro com outros olhos, despidos de preconceitos, pois nos tempos de reportagem geralmente subia o morro apenas para cobrir pautas policiais.

³ Tradicional Carnaval de rua do Carapina.

E esse preconceito, pelo que constatamos, não ocorre somente por parte de quem é “de fora” do bairro. Um jovem de 18 anos, com quem conversamos durante a atividade de campo, disse que nasceu no Carapina, mas que até aquele dia, nunca havia descido ao “Buracão”: “Estou achando muito bacana tudo isso aqui, esses relatos. E estou surpreso também, porque eu moro ali, na rua de cima, e nunca tinha vindo aqui no ‘Buracão’. Que vergonha!”, disse o jovem.

A autoconsciência da invisibilidade, como narrado por alguns, é impactante. Moradores que evitam dizer que vivem no Carapina, ou mesmo aqueles que nunca exploraram completamente todas as partes do próprio bairro, ilustram como a invisibilidade pública não é apenas uma percepção externa, mas uma realidade internalizada que afeta a autoimagem e a autoestima desta periferia, uma vez que não permitem formas subjetivas de resistências que não sejam a perpetuação da invisibilidade, ou pela superação das aflições de se viver em situação de vulnerabilidades a partir do exercício religioso.

4 ENTRE VIDAS INVISÍVEIS E O ESPELHO DA SOCIEDADE

Ao final do trabalho de campo realizado, constatamos que no “Buracão” há um grupo significativo de pessoas invisíveis, mas que pedem ajuda há muito tempo, sem sucesso. Trazendo à baila o conceito de Henri Lefebvre (2006), os moradores do Carapina, principalmente os do “Buracão”, deveriam ter o mesmo direito à cidade que aqueles que não estão nas periferias. Isto significa dizer que as crianças têm direito de brincar num espaçoso quintal, na praça ou em parques, e não em esgotos, como ocorreu com a criança que se machucou dias antes de nossa ida ao local.

Uma das teorias que balizou o trabalho de campo foi cunhada pelo sociólogo Robert Ezra Park, um dos fundadores da Escola de Chicago na sociologia urbana, para quem a cidade é um “laboratório social”. Segundo Valladares (2018), Park acreditava que as cidades são ambientes complexos e dinâmicos nos quais podem ser estudados os processos sociais, as interações humanas e as mudanças culturais. Park entendia a cidade como um espaço em que diferentes grupos étnicos, classes sociais e culturas se encontravam, interagiam e se transformavam.

Dessa forma, as experiências urbanas podem fornecer uma importante compreensão sobre o comportamento humano e as questões sociais. O termo “invisibilidade pública” foi alcunhado pelo psicólogo e pesquisador Fernando Braga da Costa (2004), autor do livro *Homens invisíveis*, em que narra a experiência de uma pesquisa



etnográfica, por meio de observação participante, vestido de gari. Foi quando o autor experimentou de perto a indiferença social.

A realidade observada no Carapina ecoa o conceito de “invisibilidade pública”. O trabalho de campo revelou não apenas a segregação física e estrutural no bairro, mas também evidenciou um fenômeno mais sutil, mas profundamente impactante: a invisibilidade pública imposta aos moradores. Costa (2004) descreve a invisibilidade pública como um sofrimento político, uma humilhação social aturada por gerações de indivíduos das classes pobres.

Ao analisarmos a situação no Carapina à luz desse conceito, percebemos camadas complexas de desigualdade e exclusão que se manifestam de maneiras variadas e que se territorializam nessas realidades. Pela abordagem territorial (Haesbaert, 2004), aqui tomada como um instrumento analítico e de intervenção para se questionar os cenários retratados nesta pesquisa, os “dois Carapinas” encontrados no trabalho de campo são frutos de uma construção histórica e que, como tal, refletem relações de poder em suas dimensões concretas e simbólicas.

Em outras palavras, significa que para além das determinações limítrofes presentes nos recursos do *Google Street View*, há questões subjetivas que apontam para a consciência da apropriação daquele território como dominação, a partir de ações políticas-econômicas. A (in)visibilidade se dá justamente na compreensão da apropriação daquele espaço partilhado socialmente. Com isso, não se trata de uma mera construção, trata-se de um território que pode ser tido como um “[...] palco de ações reais de dominação – o que faz com que a discussão de território ultrapasse sua compreensão como sinônimo de espaço” (Novaes, 2022, p. 34).

Haesbaert (2004) aponta que no entrecruzamento de diferentes territórios, visíveis ou invisíveis, ocorrem relações sociais que são territoriais e, neste sentido, quem os habitam sempre vivem multiterritorialidades. É nesta possibilidade de relações desiguais e móveis, que a estrutura do poder se organiza, pela operacionalização das multiterritorialidades ali existentes, marcadas por intencionalidades, e ao mesmo tempo, apontando para “a necessidade de organização de estratégias de resistências, que são subjetivas” (Novaes, 2022, p. 35).

O Carapina, historicamente marcado por estigmas e estereótipos, parece ser um espaço em que a invisibilidade pública se cristaliza. O relato das experiências dos moradores revela não apenas uma falta de reconhecimento externo, mas também uma invisibilidade internalizada. Os depoimentos destacam que muitos residentes sentem a

necessidade de ocultar sua origem ao buscar empregos ou ao se relacionar com outros fora do bairro, evidenciando uma forma de invisibilidade autoimposta em resposta à estigmatização externa.

A humilhação social, tal como descrita por Costa (2004), permeia as narrativas dos moradores. A percepção de que o bairro é considerado violento e problemático cria uma estratégia em que os residentes se sentem desconsiderados e desvalorizados. O relato de moradores que enfrentam discriminação em busca de emprego ou na interação com vizinhos de áreas mais privilegiadas destaca a maneira como a invisibilidade pública atua na esfera social, moldando as relações interpessoais e limitando oportunidades.

A invisibilidade pública não é apenas um fenômeno óptico; é uma construção psíquica e social enraizada em motivações psicossociais e antagonismos de classe, segundo Costa (2004). No contexto do Carapina, essa invisibilidade parece sustentada por percepções estereotipadas e por preconceitos enraizados que obscurecem a humanidade dos moradores. A falta de investimento público e a negligência institucional no desenvolvimento do bairro contribuem para essa invisibilidade, mantendo a comunidade à margem das preocupações e políticas urbanas.

Na medida em que nos propomos analisar o bairro Carapina à luz do conceito de invisibilidade pública, destacamos a necessidade crítica de desafiar estigmas, promover a igualdade e reconhecer a dignidade de todos os habitantes urbanos. Essa reflexão pode orientar iniciativas de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às complexas dinâmicas sociais e urbanas que perpetuam a invisibilidade.

Por outro lado, o relato do jovem que mora no Carapina, mas que desconhecia o “Buracão”, nos permite considerar que o conceito de Norbert Elias e John Scotson (2000) sobre os estabelecidos e os *outsiders* pode ser aplicado também para entender a dinâmica de uma aparente segregação que territorializa os atores sociais dentro do bairro. Trata-se de uma realidade não muito distante da pequena comunidade de Winston Parva, na qual Norbert Elias e John Scotson realizaram a pesquisa, que embora fosse uma comunidade “relativamente homogênea”, “não era esta a percepção daqueles que ali moravam”, pois, para eles, os moradores estavam divididos entre “um grupo que se percebia, e que era reconhecido, como os estabelecidos” e um outro, o dos *outsiders* (Elias; Scotson, 2000, p. 7).

O constrangimento presente na fala do jovem ilustra como alguns moradores, que podem ser vistos como estabelecidos por não morarem dentro do Buracão, evitam áreas específicas devido a estigmas ou preconceitos – uma dinâmica que reforça a relevância

das fronteiras simbólicas e sociais na formação de grupos dentro de uma mesma comunidade em que ali territorializam suas vivências. A ideia de “dois Carapinas” sugere, ao que parece, um distanciamento social entre aqueles que têm acesso a recursos e infraestrutura e aqueles que enfrentam condições mais precárias. Como ressalta Elias e Scotson (2000), as percepções e estigmas podem afetar as interações sociais e as oportunidades para grupos de uma mesma comunidade.

As narrativas dos moradores sobre a necessidade de esconder seu endereço ao procurar emprego ou sobre a hesitação dos amigos em visitar suas casas devido ao local de residência apontam para uma dinâmica de pessoas integradas à parte mais urbanizada do Carapina (os *insiders*) e os marginalizados na parte menos desenvolvida e precarizada, como o “Buracão” (*outsiders*). A necessidade de reconhecimento público e interno é uma estratégia de resistência (Haesbaert, 2004), que pode ser vista como uma territorialidade para esses sujeitos, de forma singular.

Em sua obra *Luta por Reconhecimento*, Axel Honneth (2003) oferece um quadro teórico valioso para essa interpretação. O autor destaca que o reconhecimento social é crucial para a formação da identidade e bem-estar dos indivíduos, propondo que a falta desse reconhecimento pode levar a uma luta por sua obtenção. Para o autor, o reconhecimento é um componente fundamental para o desenvolvimento da identidade individual e para a formação de relações sociais saudáveis. Nesta perspectiva, influenciada por pensadores como Hegel e Marx, desenvolve sua teoria social da luta pelo reconhecimento em um contexto contemporâneo, especialmente considerando as dinâmicas sociais e psicológicas presentes na sociedade moderna.

Há uma sinergia entre a noção de invisibilidade pública e as ideias de Honneth, pois a comunidade que se sente negligenciada e ignorada enfrenta uma batalha por reconhecimento. Para Honneth (2003), a identidade é formada nas interações sociais, enquanto a invisibilidade pública impede esse processo, resultando em um desafio significativo para a autoestima e o desenvolvimento de uma coesão social que fomente estratégias de resistências.

A dicotomia entre os “dois Carapinas” também se alinha com essa discussão, uma vez que a divisão geográfica e simbólica representa uma luta por reconhecimento, em que diferentes partes da comunidade buscam ser valorizadas e compreendidas de maneira igualitária. Essa fragmentação pode levar a conflitos e desigualdades, fundamentando-se na falta de reconhecimento recíproco.

Os projetos locais são necessários e, à luz da teoria de Honneth (2003), devem ser compreendidos como iniciativas que buscam não apenas solucionar problemas materiais, mas também desenvolver expressões de resistência e de luta por reconhecimento. É importante que comunidade busque afirmar sua existência, narrar suas histórias e desafiar a marginalização através de tais projetos.

Assim, os relatos do trabalho de campo permitem outros diálogos entre a teoria social da luta pelo reconhecimento com outras teorias, como a de Lefebvre (2006), para quem o direito à cidade é um direito fundamental que deve ser estendido a todos os habitantes urbanos, independentemente de sua localização ou posição social. Se pensarmos na própria referência ao “Buracão”, estamos destacando a persistência de um grupo significativo de pessoas que pedem ajuda, mas não obtêm sucesso. Ou seja, na teoria, os moradores do Carapina, notadamente os do “Buracão”, têm direito à cidade no mesmo grau que aqueles que residem em áreas mais privilegiadas.

Essa falta de reconhecimento do direito à cidade para os moradores do “Buracão” pode ser entendida como uma forma de injustiça social que está alinhada com as preocupações centrais da teoria social da luta pelo reconhecimento. A comunidade, ao ser privada desses direitos urbanos básicos, está envolvida implicitamente em uma luta por ser reconhecida como igualdade, em termos de acesso a recursos urbanos essenciais.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O trabalho de campo realizado no Carapina explora as complexidades sociais e urbanas nesta região periférica em Governador Valadares, que conforme as narrativas registradas são vivenciadas com a negligência do Poder Público e, por isto, territorializam as faces da invisibilidade de uma comunidade.

A análise das áreas periféricas e subúrbios, encontra ressonância ao longo de nossos relatos a partir de nossa observação participante. O enfoque nas desigualdades espaciais, na (des)construção de signos nos espaços urbanos e na constante disputa pelos valores e territórios se destaca como uma contribuição valiosa. O entrelaçamento entre a produção material e simbólica daquele território, assim como as articulações entre poder e narrativas, oferece uma lente analítica robusta para entender não apenas a dinâmica urbana, mas também os aspectos socioculturais que moldam e são moldados pela cidade e territorializados nas vivências de seus moradores.

A ênfase nas narrativas produzindo memórias, com sentidos atribuídos a diversos elementos urbanos, ecoa a imersão nas vidas e histórias do Carapina. A cidade, entendida como plástica e moldável às experiências de seus habitantes, alinha-se à visão de um imaginário urbano que é constantemente (re)feito e negociado pelos cidadãos. A reflexão sobre o papel do espaço urbano nos tensionamentos existentes, destacando as disputas e estratégias sociais, é pertinente para entender a complexidade das cidades reais e imaginadas. A abordagem que destaca a sobreposição de temporalidades, usos e costumes na (des)organização dos espaços urbanos contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas urbanas.

No contexto das memórias individual e coletiva, a mediação no presente e as disputas em torno da primazia das narrativas apresentadas ao longo do trabalho são aspectos centrais que podem ser explorados mais detalhadamente à luz das experiências dos moradores do Carapina. A ênfase nas experiências de grupos sociais, com consideração aos esquecimentos e silêncios, conecta-se diretamente com a realidade vivida no bairro. De uma forma geral, o trabalho etnográfico no Carapina oferece uma contribuição substantiva para a compreensão da cidade como um espaço em/de disputa, memória e (re)construção constante.

Nesse sentido, ao concluir esta jornada pelas vielas e ruelas do Carapina, nosso olhar se tornou mais do que uma mera observação: foi uma imersão nas vidas e histórias muitas vezes negligenciadas. Não apenas exploramos, mas vivenciamos as complexidades sociais e urbanas desse microcosmo, desvendando suas narrativas e desafios. A dicotomia entre os “dois Carapinas” não é apenas geográfica; é um espelho da nossa sociedade. A linha férrea, que divide e marginaliza, não é apenas um obstáculo físico, mas uma fronteira simbólica que reforça a segregação. As teorias de sociólogos urbanos, desde as pioneiras de Robert Park até os conceitos contemporâneos de Teresa Caldeira, não são apenas abstrações acadêmicas, mas ferramentas críticas para decifrar as tramas sociais que se desdobram.

A expressão “invisibilidade pública”, cunhada por Fernando Braga da Costa, transcendeu o âmbito teórico para se tornar a lente pela qual enxergamos as experiências dos moradores do Carapina. Mais do que uma noção, é uma realidade vivida, onde a invisibilidade não é apenas uma ausência de olhar, mas um sofrimento político, uma humilhação social que persiste por gerações.

Ao aprofundar nas multiterritorialidades dos atores sociais que compartilham o território do Carapina é perceptível a exclusão dentro da exclusão, o que ressoa não apenas



a luta por reconhecimento, mas a necessidade de resistência cotidiana ainda maior por uma parcela dessa população. Neste contexto, a fé não é apenas uma prática espiritual; é uma força motriz que empodera e conecta, porém, fazem-se necessárias novas ações educativas de intervenção social como iniciativas para a superação subjetiva e coletiva das vulnerabilidades sociais vivenciadas. Há uma carência por faróis de esperanças em um cenário excludente e desolador.

Neste sentido, desvelar as complexidades do Carapina não é o fim. A proposta é ser um convite para (re)pensar políticas públicas e paradigmas urbanos a partir de suas multiterritorialidades específicas. Desafiar estigmas não é uma opção, mas uma necessidade premente. Promover a igualdade não é um ideal, mas uma urgência.

Nossa incursão no Carapina não se limitou à documentação acadêmica; foi uma resposta tangível às complexidades sociais e urbanas deste espaço. As reflexões aqui apresentadas não apenas dialogam com a realidade vivida da comunidade, mas evidenciam que a proposta de transformação está entrelaçada nas nuances das experiências cotidianas.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Gabriel Henrique Burnatelli de; LAHUARTA, Milton. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 14, p. 57-82, ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220141403>.

CALDEIRA, Teresa. Enclaves fortificados: erguendo muros e criando uma nova ordem privada. In: CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania** em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo Livros, 2004.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 2, n.7, p. 19-24, 1987.

FONSECA, Cláudia. Uma tradição de gerações. In: FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 43-74.



GUIMARÃES, Cristiana Maria de Oliveira. Entre o progresso e a incompletude da modernidade. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 14, n. 15, p. 186-209, dez., 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. In: LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2006. p.105-118.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 6, n. 73, p. 2-23, ago., 2005.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (Orgs.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **“Prazer, maricona”**: multiterritorialidades de homens gays envelhecentes em Governador Valadares. 2022. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2022.

ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry. **Conferência e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia 2006. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

SCHWADE, Elisete; GROSSI, Miriam Pillar. Trabalho de Campo e Subjetividade: recuperando itinerários de diálogos. In: GROSSI, Miriam Pillar; SCHWADE, Elisete; MELLO, Anahi Guedes de; SALA, Arianna (Orgs.). **Trabalho de campo, ética e subjetividade**. 1. ed. Tubarão: Copiart; Florianópolis: Trilho da Ilha, 2018. p. 9-18.

VALLADARES, Licia do Padro. **A sociologia urbana de Robert E. Park**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981. p. 121-132.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

CARAPINA – UM TERRITÓRIO, DUAS REALIDADES: NARRATIVAS DE UMA POPULAÇÃO (IN)VISÍVEL

Franco Dani Araújo e Pinto

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



Universidade Vale do Rio Doce (Univale), Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território (PPGGIT),
Governador Valadares-MG, Brasil
francodrd@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6556-9113>

Edmarcius Carvalho Novaes

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Universidade Vale do Rio Doce (Univale), Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território (PPGGIT),
Governador Valadares-MG, Brasil
edmarcius@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1901-0167>

Endereço de correspondência do principal autor

Universidade Vale do Rio Doce (Univale). Campus Antônio Rodrigues Coelho, Rua Israel Pinheiro, 2.000, Universitário.
Laboratório NEDER – Prédio C2, 35020-220, Governador Valadares-MG, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação Percival Fahquar, mantenedora da Universidade Vale do Rio Doce, a oportunidade de vivenciar o Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas a partir da oferta do Dinter junto à Universidade Federal de Santa Catarina. De igual forma, agradecemos a comunidade do Carapina que nos recebeu para a realização desta atividade formativa durante as aulas do Programa.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Todos os autores contribuíram coletivamente.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 02/05/2023

Aprovado em: 27/11/2023

